

Os Benefícios e Perdas Globais da Recessão e do Pacote de Recuperação Estadunidenses

por Francis Cripps, diretor da Alphametrics Ltd., e Terry McKinley, diretor do Centre for Development Policy and Research, SOAS

Até 2007, muitas pessoas acreditavam que o crescimento econômico mundial, liderado pelos E.E.U.U., poderia continuar inabalável no futuro previsível. Os comentaristas que seguiam o pensamento dominante baseavam seu otimismo numa maior integração econômica global e na adoção de padrões de desenvolvimento impulsionados pelo mercado. Eles pareciam pouco preocupados que os desequilíbrios globais nas contas correntes, especialmente o déficit estadunidense, permanecessem enormes.

Usando tais premissas otimistas, o nosso modelo macroeconômico, *State of the World Economy* [Estado da Economia Mundial], fez uma projeção de referência de que em 2015 a renda per capita aumentaria em 15 por cento nos E.E.U.U. e numa cifra significativamente superior em outros países desenvolvidos. A renda em muitos países de renda média, tais como os da CEI, do Oriente Médio e da América Latina, iria crescer mais rapidamente.

A China e muitos outros países da Ásia iriam moderadamente bem, alcançando taxas de crescimento de 6-7 por cento. A África do Sul iria crescer em quase cinco por cento, mas o resto da África Subsaariana teria ganho apenas insignificante. De fato, os importadores de energia na região teriam crescimento zero de 2008 a 2015.

Durante o último ano e meio, este cenário otimista, já parecia cada vez mais irrelevante. Vários fatores têm sido importantes: grandes aumentos dos preços do petróleo e de alimentos, a fim do boom na habitação nos E.E.U.U., a crescente fragilidade do sistema bancário liderado pelos E.E.U.U., a acentuada depreciação do dólar, o conflito em curso no Oriente Médio e a crescente evidência do aquecimento global.

Assumindo que haja uma combinação de preços mais elevados do petróleo, recessão nos E.E.U.U. e um dólar em queda, e, nenhuma resposta política estadunidense, o nosso modelo macroeconômico projetou que o crescimento anual do rendimento per capita nos E.E.U.U. teria sido de -0,2 por cento entre 2008 e 2015 e o seu nível de 2015 teria sido de 15 por cento abaixo da projeção de referência.

Mas o Federal Reserve (Banco Central dos E.E.U.U.) se movimentou com agilidade para baixar as taxas de juro e injetar crédito no sistema financeiro. E, o Governo Federal aumentou significativamente os gastos e reduziu os impostos. Embora essas medidas sejam susceptíveis de melhorar os gastos nos E.E.U.U. e em outras partes, a desvantagem é que elas são também susceptíveis de manter os elevados preços da energia.

Sob essas condições, o nosso modelo projeta que a renda per capita dos E.E.U.U. melhoraria ligeiramente em 2015, terminando com uma taxa de crescimento anual de 0,5 por cento. Mas o seu nível ainda seria de 11 por cento abaixo da projeção de referência. As suas perspectivas de longo prazo seriam também muito mais sombrias. A renda no Japão e na Europa Ocidental ficaria respectivamente 8 e 12 por cento abaixo do nível de referência, respectivamente. O gigantesco déficit em conta corrente E.E.U.U. iria agravar-se, de fato, de cerca de 5,5 por cento do PIB para 5,9 por cento. O superávit do Japão iria continuar a pouco mais de quatro por cento do PIB.

As deficiências em termos de rendimento (em comparação com o nível de referência) seriam mais profundas em países de renda média da CEI, do Oriente Médio e da América Latina (30, 22 e 17 por cento, respectivamente). Enquanto o superávit em conta corrente do Oriente Médio teria queda acentuada, o da CEI (por exemplo, da Rússia) iria aumentar.

O crescimento na China continuará apenas a cinco por cento por ano, na Índia a mais de três por cento e no resto da Ásia desenvolvimento a menos de três por cento. E as quedas em seus rendimentos, relativamente aos níveis de referência, seria de 8-11 por cento. O superávit em conta corrente da China iria cair substancialmente, mas o déficit da Índia seria praticamente eliminado.

O relato que nossa projeção apresenta é mais complexo para a África Subsaariana (ver figura). A África do Sul iria moderadamente bem: cresceria a 3,7 por cento, perdendo apenas modestamente em relação à projeção referencial e ganhando um declínio apreciável no seu enorme déficit em conta corrente. Os exportadores de energia na África Subsaariana (tais como Angola, Nigéria e Sudão) cresceriam ao mesmo ritmo, 2,9 por cento, conforme abaixo do nível de referência, mas os seus superávits em conta corrente cairiam para abaixo de um por cento do PIB.

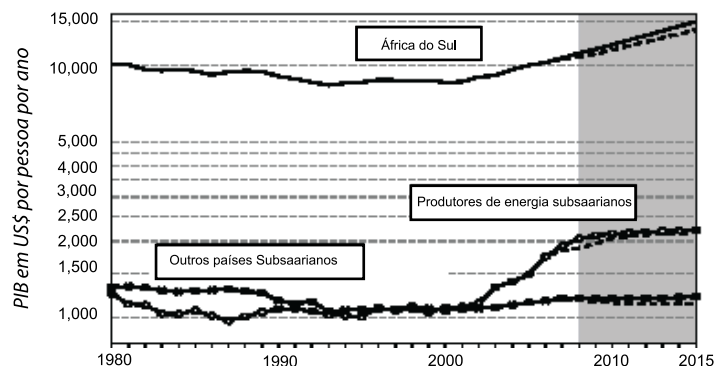
Os importadores de energia na África Subsaariana teriam pior sorte. Tendo cerca de 520 milhões de pessoas, ou seja, quase dois terços do total subsaariano, esses países são esmagadoramente de baixa renda. Embora necessitando muito do aumento dos rendimentos, eles iriam passar por um decréscimo de rendimento de 1,2 por cento ao ano. Isto se compara com um crescimento zero, mesmo sob a projeção de referência otimista.

Como resultado de sua estagnação interna, o seu déficit em conta corrente, atualmente 7,4 por cento do PIB, poderia diminuir para cinco por cento em 2015. Severamente dependentes de algumas mercadorias primárias para receitas de exportação, ficariam ainda sujeitos a importações caras de petróleo uma vez que os preços reais do petróleo aumentariam acentuadamente.

Quer o crescimento da economia mundial aumente ou diminua, afigura-se que estes países ainda estariam abaixo de todos, presos numa "armadilha da pobreza". A sua integração com a economia global é pouco diversificada e vulnerável. Os resultados são assimétricos: eles não podem ganhar nas reviravoltas globais para altas, ao passo que eles não podem escapar da pior das baixas globais. Em trabalho futuro com o modelo, vamos analisar mais profundamente a sua condição e propor opções de políticas.

Este artigo é publicado conjuntamente com o Centre for Development Policy and Research. Veja a série Development Viewpoint no site <www.soas.ac.uk/cdpr>.

Tendências de Rendimentos na África Subsaariana



Alinha superior para 2008-15 apresenta os resultados projetados sob o cenário do nível de referência.

A linha inferior (pontilhada) apresenta resultados havendo uma recessão estadunidense e um pacote de recuperação.

O **Centro Internacional de Pobreza (CIP)** é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

www.undp-povertycentre.org